

Do Múnus à Missão: ensinar no pluralismo, santificar frente ao relativismo e governar frente ao laicismo

Paulo Roberto Teixeira de Abreu¹

Resumo: Neste artigo abordaremos o Tríplice Múnus da Igreja: Ensino, Santificação e Governo, sua fundamentação nos principais Documentos da Igreja, seu exercício e implicações frente aos desafios dos tempos atuais, especificamente o Pluralismo, o Relativismo e o Laicismo. Damos ênfase à missão da Igreja concretizada nestes três dinamismos e acentuamos a participação de todos, Hierarquia e Fiéis Leigos, neste exercício e nesta tarefa frente aos desafios que se apresentam nos tempos atuais e abrimos perspectivas para a configuração de uma Igreja sempre mais humana e comprometida.

Palavras-chave: Missão; Desafios; Pluralismo; Atualidade. Participação.

Abstract: This article we will address the Church's threefold mission: Teaching, Sanctification and Government, its foundation in the Church's main Docu-

1. Mestre em Teologia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (2006) e graduado em Teologia pelo Instituto de Filosofia e Teologia Santo Tomás de Aquino (1994). Tem experiência de docência na área de Teologia sistemática, com ênfase em Teologia Pastoral e Missiologia. Atualmente reside na cidade do Rio de Janeiro onde trabalha como Pároco na Paróquia Nossa Senhora do Desterro.

ments, its exercise and implications in the face of today's challenges, specifically Pluralism, Relativism, and Secularism. We emphasize the mission of the Church concretized in these three dynamisms and emphasize the participation of all hierarchs and lay faithful in this exercise and in this task in the face of the challenges that are present in our times and open perspectives for the configuration of an ever more humane and committed Church.

Keywords: Mission; Challenges; Pluralism; Current; Participation.

Introdução

A Igreja é convidada a participar do Tríplice Múnus de Cristo através da participação de todos os fiéis: fiéis ordenados (hierarquia) e fiéis leigos. Esta participação está fundada no Ministério que o mesmo Jesus Cristo assumiu em sua missão terrena, de acordo como encontramos no texto da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II². Na Exortação Apostólica *Christifideles Laici* é destacado o papel dos leigos nesta mesma tríplice missão³. Encontramos também no texto do Catecismo da Igreja Católica uma vasta exposição de como se dá na Igreja o exercício deste Tríplice Múnus e suas implicações tanto para a hierarquia como para os fiéis leigos incorporados pelo Batismo neste mesmo dinamismo⁴.

O texto da *Lumen Gentium* explicita a ordenação e a diferença do exercício dos três múnus entre os fiéis leigos e a hierarquia⁵. Esta proposição clara do Magistério orienta todos os fiéis a buscar o exercício do Ensino, da Santificação e do Governo de acordo com a vocação comum e com o dom a que cada um foi chamado como membro da Igreja e como participante na vida Divina em Jesus Cristo. Cabe ressaltar que a origem dessa tríplice missão e o seu exercício une cada fiel à mesma missão realizada por Cristo e sua concretude no mundo e na Igreja.

Na realidade do mundo atual este exercício torna-se um imperativo para cada cristão ao se tornar membro ativo da Igreja e assumir concretamente sua missão de batizado e assemelhado ao próprio

2. Cf. LG 25-28.

3. Cf. ChL 14-15.

4. Cf. CAT n. 888-913.

5. Cf. LG 28.

Cristo. Vale lembrar o convite do Papa Francisco: “A alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quero com esta Exortação, dirigir-me aos fiéis cristãos a fim de convidá-los para uma nova etapa evangelizadora marcada por esta alegria e indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos”⁶.

Destacar alguns desafios e abrir perspectivas para o exercício do múnus de Ensinar, Santificar e Governar na Igreja no mundo atual se faz necessário para continuar o caminho da missão e evangelização que deve ser realizado por todos e cada um dos fiéis de acordo com seu estado e vocação no interior desta mesma Igreja e a partir de sua inserção na realidade em que se encontra; principalmente a partir do seu testemunho, que continua sendo o melhor exercício de sua missão.

Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: ‘Eis que faço de novo todas as coisas’. No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios⁷.

Apresentamos neste estudo três desafios para a tarefa e missão de Ensino, de Santificação e de Governo da Igreja: o pluralismo, o relativismo e o laicismo e destacamos algumas atitudes e princípios que podem ajudar a Igreja a seguir em frente com sua missão sem ignorar ou menosprezar estes mesmos desafios, mas fazer deles estímulo e aprendizado para o exercício de seu ministério fundado no ministério de Cristo Sacerdote, Rei e Pastor.

6. EG 1.

7. EN 18.

1. Ensinar no pluralismo

O Exercício do Múnus do Ensino na Igreja reservado ao Magistério comporta um elemento essencial: a busca de preservar a verdade da Revelação de Deus aos seres humanos através das mediações que tornam possíveis sua compreensão e recepção pela fé. Um desafio nesta dimensão é a pluralidade presente em todos os níveis e ambientes da convivência humana. O mundo plural se apresenta como um desafio para a proclamação da Verdade revelada, que é o objeto da fé que a Igreja deve ensinar e apresentar ao mundo. Pastores e fiéis leigos enfrentam este desafio em sua função de ensino no interior da mesma Igreja e no seio da comunidade humana onde são chamados a evangelizar através do ensino.

A Igreja está imersa em uma sociedade plural, isto traz consequências estruturais, teológicas e pastorais para o seu agir no mundo. “O Pluralismo tem a ver com grupos sociais, não somente com opiniões individuais. Está caracterizado por um conjunto de cosmovisões distintas que circulam livremente no mercado de ideias e valores da sociedade, onde nenhuma delas tem um estatuto privilegiado”⁸. O pluralismo afeta diretamente a prática do ensino realizada pela Igreja através de seus membros, clero e leigos, em suas distintas formas e instituições: como fomentar a manutenção de valores e práticas da Tradição em meio à pluralidade externa e interna, sem perder a dimensão de unidade e sem prejuízo ao anúncio da verdade do Evangelho que se deve anunciar?

O imperativo do anúncio da Boa Nova da Salvação em Jesus Cristo, como ponto irrenunciável da prática cristã, vai permeando toda a vida da Igreja e de seus membros para que possam cada vez mais e melhor avançar em todos os aspectos da vida humana e transmitir, com eficácia, esta mensagem. Num contexto real de pluralismo, as estruturas eclesiais padecem de constante renovação e avaliação. Longe já se foi o tempo em que a pretensa cristandade abarcaria o mundo e toda a sua realidade com uma mensagem unívoca e uniforme, capaz de levar o ser humano a uma obediência, sem questionamentos e a uma fé elaborada como assentimento pessoal sem

8. C. FLORISTAN, *Teologia Prática – Teoría y praxis de La acción pastoral*, 2009, p.183.

reflexão. Faz parte da vida do ser humano a consciência crítica e certo pluralismo é sempre bom e aceitável.

Ensinar em um mundo plural requer da Igreja, através de seus pastores e fiéis leigos, uma postura de abertura e de diálogo constante com esta mesma pluralidade. Na sociedade atual, a credibilidade da Igreja não cresce por meio de imposições ao cumprimento de regras, obediências severas, insistências doutrinárias ou condenações morais. A Igreja tende a mostrar-se sempre misericordiosa, sempre em busca de reconciliação, com fortes convicções evangélicas, busca constante de coerência interior e defensora impar dos pobres e marginalizados. Seu ensino deve estar marcado pela defesa da liberdade e impulsionar uma responsabilidade que leve a proclamação e a prática da justiça. Sem esses elementos dificilmente poderá pregar com veracidade a mensagem de Salvação de Jesus Cristo e atingir o alcance de sua missão no mundo.

Para continuar sua missão de ensino, a Igreja, através dos seus pastores e fiéis leigos deve buscar vencer suas limitações internas e certos medos antigos e novos frente aos desafios atuais trazidos pelo pluralismo, como a diversidade, a democracia, a liberdade e novos sujeitos sociais e eclesiais.

A diversidade sempre foi um elemento presente na Igreja, inclusive nos tempos primeiros de sua fundação. Esta mesma diversidade não pode ser tomada como um problema ou um impedimento para a missão ou um risco para a unidade. A busca de uma permanente unidade supõe equalizar e valorizar a diversidade presente na vida da Igreja, abrir canais de diálogo com os seguimentos eclesiais que favorecem o avanço de uma Igreja mais humanizada e mais próxima das pessoas, inclusive com o seu ensinamento e sua mensagem acerca de Jesus e seu Evangelho.

O múnus do ensino deve ser realizado por uma Igreja que não teme os meandros de uma sociedade que avança na concretização das culturas democráticas e participativas; que avança na emancipação dos sujeitos sociais e eclesiais como agentes ativos na construção das identidades atuais e no modo de interagir com a complexidade do real e do simbólico na construção das novas estruturas sociais

A Igreja precisa pregar e não temer a liberdade, que é um dom e um valor dado por Deus ao ser humano, para que o exerça com

autonomia, relacionalidade e responsabilidade. “O sujeito eclesial é livre quando toma consciência da nova criatura que se tornou livre em Cristo e da realidade na qual está inserido; é autônomo quando é capaz de decidir por si mesmo; é relacional quando se abre aos outros e ao mundo. Dessa maneira, descobre-se responsável por si e pelos outros”⁹. Essa nova consciência eclesial e social que brota nos tempos atuais, em diversos setores, deve ser assumida pela Igreja como um elemento importante e essencial para a sua prática de evangelização e avanço missionário.

Contar com a pluralidade como aliada e não como ameaça pode ser um avanço para a Igreja naquilo que lhe é peculiar e fundamental: transmitir aos homens e mulheres de nosso tempo a alegre notícia do Evangelho de Jesus Cristo. A transmissão desta mensagem através do múnus de ensino torna a Igreja não apenas uma instituição com um código de normas e regras a ser seguidos, mas, sim, uma comunidade aberta ao diálogo e aproximação, que pode ofertar ao mundo não apenas uma ideia a ser seguida ou defendida, mas, sim, uma experiência pessoal e comunitária com uma Pessoa concreta e seu projeto.

No auge de uma sociedade plural e complexa, a Igreja deve apresentar-se como aquela que pode dialogar não apenas por deter um conjunto de ideias que defende e fundamenta, mas por trazer um testemunho largo de compromisso e envolvimento com o ser humano de cada tempo e lugar, na condição ou situação existencial que se encontra, marcado pelas ideologias que o orienta e o faz mover-se para um futuro ou destino que supõe ser melhor do que o presente diuturno que constrói ou que combate. É o compromisso e o testemunho que garantirá à Igreja seguir seu papel de educadora das consciências e promotora da verdade e da justiça no mundo plural em que estamos inseridos. Para tanto, o lugar hermenêutico que ocupa e o âmbito social que promove e prefere será a referência primeira e última para exercer o múnus de ensino em nossa sociedade.

Vale lembrar aqui os dois documentos do pontificado do Papa Francisco que nos ajudam a compreender a necessidade de aprender a ensinar na pluralidade ou no pluralismo: a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* e a Carta Encíclica *Laudato Si'* são um convite

9. CNBB, Doc. 105, p. 70.

explícito a todos os cristãos a não desistirem da difícil e bela tarefa da evangelização no mundo atual. Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, encontramos logo no início este convite: “Convido a todo cristão, em qualquer lugar e situação que se encontre, a renovar hoje o seu encontro pessoal com Jesus Cristo ou, pelo menos, a tomar a decisão de se deixar encontrar por Ele, de procurá-lo dia a dia sem cessar. Não há motivo para alguém pensar que este convite não lhe diz respeito, já que da alegria trazida pelo Senhor ninguém e excluído”¹⁰. Sem encontro não há conversão, sem conversão não há alegria, sem alegria não há testemunho, sem testemunho não há misericórdia, sem misericórdia não há comunhão.

Na Carta Encíclica *Laudato Si'*, a convocação para o cuidado da casa comum é um alerta a todos: “O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos construindo o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental que vivemos e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós”¹¹.

Há tempos a Igreja realiza a sua missão neste mundo colaborando para o bem das nações e para o desenvolvimento pleno do ser humano e de sua felicidade. Esta mesma missão desenvolvida em um mundo em constante mudança e realidade plural se torna um desafio estimulante para um exercício do múnus de ensino de forma valente e tenaz, sem perder a serenidade e a meta para a qual nos destinamos.

2. Santificar frente ao relativismo

A santificação na Igreja se dá pela ação do Espírito Santo que age em seu favor e suscita nos seus membros a busca da santidade e a vontade de santificar o mundo em que vivem. O Espírito Santo leva a santidade todos os seres humanos através da vivência concreta do Evangelho de Jesus Cristo e sua união a Ele que é a luz do mundo, da qual procedemos, por quem vivemos e para quem tendemos.

10. EG 3.

11. LS, p. 13-14.

Participam diretamente do múnus de santificar da Igreja os bispos, os presbíteros e os diáconos, de acordo com *Catecismo*, pela sua oração e pelo seu trabalho, pelo ministério da Palavra e pelos Sacramentos e, inclusive, pelo exemplo e testemunho¹².

Os fiéis leigos também são chamados a participar desta realidade através da função sacerdotal que assumem a partir do Batismo, que os torna capazes de colaborar para a santificação do mundo através de sua vida, suas opções e seus compromissos.

Em virtude da sua consagração a Cristo e da unção do Espírito Santo, os leigos recebem a vocação admirável e os meios que permitem ao Espírito produzir neles frutos cada vez mais abundantes. De fato, todas as suas atividades, orações, iniciativas apostólicas, a sua vida conjugal e familiar, o seu trabalho de cada dia, os seus lazes do espírito e do corpo, se forem vividos no Espírito de Deus, e até as provações da vida se pacientemente suportadas, tudo se transforma em 'sacrifício espiritual, agradável a Deus por Jesus Cristo'¹³.

A tarefa de santificação do mundo assumida pela Igreja está fortemente marcada pela vontade e esforço para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e recebida por todos os homens e mulheres por toda a terra; de levar o ser humano ao conhecimento de Deus, que se revela e propõe uma forma de viver e atuar para o homem e a mulher em seu contexto específico e dentro de um projeto balizados por princípios éticos e morais de caráter universal e válidos em toda e qualquer cultura. Esse grande desafio tem sido assumido pela Igreja no decorrer da história como um imperativo de sua própria essência e existência no mundo.

A busca de santificar a vida do ser humano em tudo aquilo que lhe é inerente é realizada pela Igreja de modo multiforme e também singular. Esta mesma Igreja oferece à humanidade a oportunidade de santificar a vida através das atitudes diárias e cotidianas que proporcionam estar em comunhão com Deus e seu projeto para o ser humano. Formas simples e diretas fazem as pessoas entrar em comunhão e santificar o dia-a-dia, encontrando o sentido último e atual

12. Cf. CAT n. 901.

13. *Ibidem*.

de viver na presença de Deus, em comunhão com o semelhante e harmônico com tudo o que foi criado¹⁴.

Com certeza, para todos os cristãos a vida de santidade é um caminho e meta, portanto, a santificação do mundo é tarefa diária de cada um e função ordinária daqueles que exercem o múnus de santificar no interior da Igreja de acordo com sua constituição e ministério hierárquico. Uma das dificuldades que mais se apresenta a esta tarefa é o relativismo¹⁵ presente na sociedade e na própria Igreja. Na Carta Encíclica *Fides et Ratio*, o Papa João Paulo II já destacava o relativismo presente na sociedade como uma das consequências da ruptura entre a Fé e a Razão. O texto destaca a progressiva separação entre a fé e a razão iniciada já na baixa Idade Média através de uma radicalização de posições que culminaram em uma separação da Filosofia dos conteúdos da Fé.

As radicalizações mais influentes são bem conhecidas e visíveis, sobretudo na história do Ocidente. Não é exagerado afirmar que boa parte do pensamento filosófico moderno se desenvolveu num progressivo afastamento da revelação cristã até chegar explicitamente à contra-posição. No século passado, este movimento tocou o seu apogeu. Alguns representantes do idealismo procuraram de diversos modos, transformar a fé e os seus conteúdos, inclusive o mistério da morte e ressurreição de Jesus Cristo, em estruturas dialéticas racionalmente compreensíveis. Mas a esta concepção, opuseram-se diversas formas de humanismo ateu, elaboradas filosoficamente, que apontaram a fé como prejudicial e alienante para o desenvolvimento pleno do uso da razão. Não tiveram medo de se apresentar como novas religiões, dando base a projetos que desembocaram, no plano político e social, em sistemas totalitários traumáticos para a humanidade¹⁶.

14. Cf. LG 33.

15. O relativismo, tanto gnosiológico como ético, enquanto descrença na possibilidade de um conhecimento objetivo da realidade e descrença na existência de uma ordem moral universal está presente na história da humanidade, desde o princípio, como tentação típica das épocas de decadência cultural. Mas, nos nossos dias, talvez mais que em outros momentos, tem penetrado âmbitos cada vez mais amplos do pensamento ocidental. Nas últimas décadas, concretamente, difundiu-se muito nos ambientes universitários, impregnou, em grande medida, o mundo midiático e o subconsciente coletivo, atingindo, em cheio, os círculos teológicos católicos.

16. FR 46.

A caracterização dos vários elementos que culminaram na formação de um pensamento relativista e, os riscos para a pessoa humana e a sociedade deste mesmo pensamento, estão apresentados nessa parte da Encíclica. No âmbito da investigação científica, foi-se impondo uma mentalidade positivista, que não apenas se afastou de toda a referência à visão cristã do mundo, mas, sobretudo, deixou cair qualquer alusão à visão metafísica e moral. Como consequência da crise do racionalismo, apareceu o niilismo. Enquanto filosofia do nada, o niilismo consegue exercer certo fascínio sobre os nossos contemporâneos. Os seus seguidores defendem a pesquisa como fim em si mesma, sem esperança nem possibilidade alguma de alcançar a meta da verdade. A alteração da função da Filosofia, o surgimento de outras formas de racionalidade, a instrumentalização da razão em função do utilitarismo, a busca de prazer e poder e outras transformações culturais culminam no obscurecimento da verdadeira dignidade da razão impossibilitada de conhecer a verdade e procurar o absoluto¹⁷.

O relativismo presente em vários âmbitos se constitui como um desafio para a tarefa de santificação da Igreja e deve ser compreendido em sua constituição para poder ser superado através de atitudes que reorientem o pensamento humano para a possibilidade da transcendência; a devida aproximação entre fé e razão; o caminhar da humanidade em vistas a crer na possibilidade de um conhecimento objetivo da realidade e da busca de valores que possam orientar uma ordem ética e moral que colaborem para o avanço de uma sociedade que compreenda o ser humano como ser capaz de Deus e de assumir seus desígnios e propostas para cada pessoa.

É verdade que, observando bem, mesmo na reflexão filosófica daqueles que contribuíram para ampliar a distância entre fé e razão, se manifestam às vezes germens preciosos de pensamento que, se aprofundados e desenvolvidos com mente e coração reto, podem fazer descobrir o caminho da verdade. Estes germens de pensamento podem-se encontrar, por exemplo, nas profundas análises sobre a percepção e a experiência, a imaginação e o inconsciente, sobre a personalidade e a intersubjetividade, a liberdade e os valores, o tempo e a história.

17. Cf. FR 47.

Inclusive o tema da morte pode tornar-se, para todo o pensador, um severo apelo a procurar dentro de si mesmo o sentido autêntico da própria existência. Todavia isto não pode fazer esquecer a necessidade que a atual relação entre fé e razão tem de um cuidadoso esforço de discernimento, porque tanto a razão como a fé ficaram reciprocamente mais pobres e débeis. A razão, privada do contributo da Revelação, percorreu sendas marginais com o risco de perder de vista a sua meta final. A fé, privada da razão, pôs em maior evidência o sentimento e a experiência, correndo o risco de deixar de ser uma proposta universal. É ilusório pensar que, tendo pela frente uma razão débil, a fé goze de maior incidência; pelo contrário, cai no grave perigo de ser reduzida a um mito ou superstição. Da mesma maneira, uma razão que não tenha pela frente uma fé adulta não é estimulada a fixar o olhar sobre a novidade e radicalidade do ser¹⁸.

Será sempre tarefa da Igreja conduzir o ser humano ao caminho da verdade, ainda que este, com sua liberdade e criatividade de pensamento, busque outras vias ou mesmo se oponha aquilo que lhe é proposto. Compreender e aprofundar estas formas de pensamento, inclusive buscando acolher e aproveitar os elementos que possam indicar uma aproximação ou anseio da necessidade da verdade, do absoluto e do sentido mais genuíno do humano em suas relações, pode colaborar para esta missão de santificação entregue e assumida pela Igreja em todos os tempos.

3. Governar frente ao laicismo

Encontramos no texto da *Lumen Gentium* e também no Catecismo da Igreja Católica a síntese no Múnus de Governo, ou de Regência, exercido pela Igreja na sua estrutura de organização e no pastoreio de seu rebanho próprio.

Os bispos dirigem as suas Igrejas particulares, como vigários e legados de Cristo, mediante os seus conselhos, ensinamentos e exemplos; mas também com a sua autoridade e com o seu poder sagrado, que, no entanto, devem exercer para edificação naquele espírito de serviço que é próprio o do seu Mestre. Este poder, que eles exercem pessoalmente

18. FR 48.

em nome de Cristo, é um poder próprio, ordinário e imediato. O seu exercício, contudo, está regulado em definitivo pela autoridade suprema da Igreja. Mas os bispos não devem ser considerados como vigários do Papa; a autoridade ordinária e imediata deste sobre toda a Igreja, não anula, pelo contrário, confirma e defende a daqueles. A autoridade episcopal deve exercer-se em comunhão com toda a Igreja, sob a direção do Papa. O Bom Pastor há de ser o modelo e a 'forma' do múnus pastoral do bispo. Consciente das suas fraquezas, 'o bispo pode mostrar-se indulgente para com os ignorantes e os transviados. Não se furte a atender os que de si dependem, rodeando-os de carinho, como a verdadeiros filhos'. Quanto aos fiéis, devem viver unidos ao seu bispo como a Igreja a Jesus Cristo e Jesus Cristo ao Pai. Segui todos o bispo, como Jesus Cristo o Pai; e o presbitério como se fossem os Apóstolos; quanto aos diáconos, respeitai-os como à lei de Deus. Ninguém faça, à margem do bispo, nada do que diga respeito à Igreja¹⁹.

O múnus de governar também pode ser exercido pela Igreja na sua ação em prol da humanidade como um todo, de modo específico, quando atua em favor dos que mais necessitam e na sua relação com as demais instituições do mundo atual, na sua participação em todas as iniciativas que brotam entre os seres humanos para a promoção da vida, da dignidade, da justiça e da paz, e da promoção da comunidade humana, inclusive em suas organizações sociais, culturais e políticas. Vale lembrar o primeiro número do Proêmio da *Gaudium et spes*:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para comunicá-la a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história²⁰.

A participação da Igreja na vida total dos homens e mulheres

19. LG 27; CAT n. 894-896.

20. GS 1.

de cada tempo e, principalmente, do tempo atual, a torna capaz de reconhecer o valor de cada instituição humana e seu papel na colaboração da promoção do bem comum a partir do seu fundamento e da sua missão no conjunto dos povos e sociedades. Dentre estas se destaca o Estado e suas funções e a autonomia da sociedade civil e política em referência à religiosa e eclesial. Chegar a esta conclusão não foi tarefa fácil e nem imediata, mas resultado de um longo percurso histórico de rejeição e combate até que se alcançassem as conclusões do Concílio Vaticano II, que esclarece a postura da Igreja diante das realidades de uma sociedade pluralista, da liberdade religiosa e da laicidade do Estado²¹.

Este reconhecimento da Igreja sobre a distinção e autonomia da religião e sua especificidade por um lado e da política, economia, ciência e técnica por outra, colabora para evitar interferências não legítimas de um âmbito sobre o outro e proporcionar uma sã colaboração e coexistência destas realidades na convivência humana, gerando o desenvolvimento humano em forma integral, onde se valoriza tanto as realidades do mundo secular, com suas conquistas, riquezas, diversidades e formas, quanto o livre exercício da religião e de seus atos públicos ou privados como expressão de sua busca de transcender a ordem terrena e temporal.

Tal distinção e autonomia permitem à Igreja a aceitação da laicidade do Estado ou a concepção do Estado laico. O Estado laico surgiu e se desenvolveu no mundo ocidental à medida que a sociedade foi se tornando pluralista. Portanto, a laicidade do Estado deve consistir numa estratégica neutralidade do Estado em relação à religião que permita a mais ampla liberdade religiosa e a pacífica convivência solidária de todos, numa sociedade justa. Esta estratégia de neutralidade deve ser autêntica para proporcionar a justa convivência e a liberdade religiosa para o cidadão²².

Não obstante estas considerações, a incorreta compreensão sobre a proposição de um Estado laico e de uma saudável laicidade

21. Para a compreensão desta temática podemos consultar a postura da Igreja expressa nos Documentos do Concílio, principalmente na *Gaudium et spes*, nos números 73-76, e na Declaração *Dignitatis Humanae* – Sobre a liberdade religiosa.

22. Cf. R.F. de MORAES, *Curso de Atualização Para Sacerdotes: O Presbítero na Cultura Pós Moderna - Relativismo e Secularização / Laicidade e Laicismo (Perspectivas Pastorais)*, 2018, p. 83-101.

dá origem ao laicismo que, alegando a laicidade do Estado, defende também a laicidade da sociedade ao pretender relegar as religiões ao âmbito da vida privada, coibindo qualquer manifestação pública de religiosidade²³. Esta postura se apresenta como um desafio para o múnus de governar da Igreja ao opor-se a princípios que são importantes para a coexistência e convivência da Igreja com as demais instituições e sua participação na construção e manutenção do tecido social plural e diverso sempre em vista do bem comum e do pleno desenvolvimento de toda pessoa humana e da garantia dos direitos de cada instituição e da própria Igreja²⁴.

É tarefa permanente da Igreja no exercício do Múnus de Governo salvaguardar o que lhe é próprio neste âmbito, inclusive com postura crítica e aberta em relação a sua atuação, buscando o crescimento e a maior participação de todos os seus membros, hierarquia e fiéis leigos, nas diversas instâncias que colaboram para esta dimensão de governança, sem a qual não seria possível sua atuação e presença no mundo enquanto estrutura institucional organizada com deveres e direitos próprios e capacidade para gerir seus bens e fazer avançar seus propósitos e metas hodiernas no mundo. A Igreja também deve salvaguardar o direito ao reconhecimento jurídico de sua própria identidade, porque a sua missão abraça toda a realidade humana, sentindo-se real e intimamente solidária do gênero humano e da sua história, reivindica a liberdade de exprimir o seu juízo moral sobre tal realidade, todas as vezes que a defesa dos direitos fundamentais da pessoa ou da salvação das almas assim o exigir²⁵.

A presença da Igreja no mundo colaborando com o avanço do mesmo a partir do que lhe é próprio e do que pode oferecer como contributo, inclusive para fazer avançar outros segmentos e instituições da sociedade civil, respeitando a índole e natureza de cada uma delas e o conjunto dos povos, estados e nações, tem garantido a mesma a possibilidade de convocar e orientar seus membros a participarem de todas as iniciativas no âmbito da sociedade secular que colaboram para o bem comum, para a promoção da dignidade da

23. Cf. *Ibidem*.

24. PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 2008, p. 424-427.

25. Cf. *Idem*, p. 426.

pessoa humana e para o avanço e desenvolvimento solidário entre os povos, culturas e nações, inclusive aqueles de natureza social, econômica, política e institucional, onde com o seu testemunho e presença colaboram para o avanço da justiça e do direito e promovem as relações de liberdade e respeito, diminuindo a desigualdade social e promovendo a paz.

Conclusão

Ao retomar a reflexão sobre o Tríplice Múnus da Igreja: Ensino, Santificação e Governo, como participação na mesma missão de Jesus Cristo e alguns atuais desafios que se apresentam para o seu exercício, como o pluralismo, relativismo e o laicismo, temos a oportunidade de reforçar nosso compromisso com a missão de toda a Igreja, realizada no mundo através de cada cristão batizado e consciente de sua missão no lugar que ocupa neste mesmo mundo e nesta mesma Igreja.

Assumir a missão e o desafio da evangelização do mundo presente nos permite vislumbrar a beleza e a riqueza da realidade do ser humano e de suas realizações, sem omitir ou ignorar os limites e riscos presentes na Igreja enquanto instituição e aqueles que se apresentam nas suas relações com as diversas faces de uma mesma realidade, que é a vida da pessoa humana e o seu anseio e busca de sentido da vida, de sua existência, da liberdade, da dignidade, da justiça e da paz.

Concluimos este breve estudo com a mensagem da Igreja através do *Pontifício Conselho Justiça e Paz*, que oferece uma síntese da missão da Igreja e a vocação universal do Cristianismo:

A mensagem cristã oferece uma visão universal da vida dos homens e dos povos sobre a terra, que leva a compreender a unidade da família humana. Tal unidade não se deve construir com a força das armas, do terror ou da opressão, mas é antes o êxito daquele supremo modelo de unidade, reflexo da vida íntima de Deus, uno em três Pessoas, é o que nós cristãos designamos com a palavra “comunhão” e uma conquista da força moral e cultural da liberdade. A mensagem cristã foi decisiva para fazer a humanidade compreender que os povos tendem a unirem-se não apenas em razão das formas de organização, de vicissitudes políticas, de projetos econômicos ou em nome de um interna-

cionalismo abstrato e ideológico, mas porque livremente se orientam em direção a cooperação, cômicos de serem membros vivos de uma comunidade mundial, que se deve propor sempre mais e sempre melhor como figura concreta da unidade querida pelo Criador: a unidade universal do convívio humano é um fato perene. É que o convívio humano tem por membros seres humanos que são todos iguais por dignidade natural. Por conseguinte, é também perene a exigência natural de realização, em grau suficiente, do bem comum universal, isto é, do bem de toda família humana²⁶.

Referências

- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. “Constituição Dogmática *Lumen Gentium*” (LG). In *COMPÊNDIO Vaticano II: Constituições, decretos, declarações, documentos e discursos pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 39-114
- _____. “Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*” (GS). In *COMPÊNDIO Vaticano II: Constituições, decretos, declarações, documentos e discursos pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 144-256.
- _____. “Declaração *Dignitatis Humanae* – Sobre a liberdade religiosa” (DH). In *COMPÊNDIO Vaticano II: Constituições, decretos, declarações, documentos e discursos pontifícios*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 599-617.
- CNBB. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Brasília: Ed. CNBB, 2016. (Doc. 105).
- FLORISTAN, C. *Teologia Prática – Teoría y praxis de La acción pastoral*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2009.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium” – A Alegria do Evangelho* (EG). São Paulo: Paulinas, 2013.
- _____. *Carta Encíclica “Laudato Si” – Sobre o cuidado com a Casa Comum* (LS). São Paulo: Paulinas, 2015.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica “Fides et Ratio”* (FR). São Paulo: Paulinas, 1998.
- _____. *Exortação Apostólica Pós Sinodal “Christifideles laici” – Sobre a vocação e missão dos leigos no mundo e na Igreja* (ChL). São Paulo: Paulinas, 1988.
- MORAES, R. F. *Curso de Atualização Para Sacerdotes: O Presbítero na*

26. *Idem*, p. 432.

Cultura Pós Moderna - Relativismo e Secularização / Laicidade e Laicismo (Perspectivas Pastorais). São Paulo: Associação Presbíteros, 2018.

PAULO VI. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal "Evangelii Nuntiandi"* (EN). São Paulo: Paulus, 1997.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2008.